

## Os Brasileiros e a Leitura de Textos Digitais: uma Análise de Informações do IBGE<sup>1</sup>

Claudio Faria MARQUES<sup>2</sup>

### Resumo

Este artigo utiliza dados estatísticos para investigar o acesso a textos digitais no contexto brasileiro. São apresentados estudos sobre a leitura e suas transformações através da história até a chegada da era digital. Em seguida, são investigadas informações sobre acesso à internet pela população obtidas na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) 2015, que é realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Os dados demonstram que a leitura de textos digitais é realidade para uma parcela significativa dos brasileiros, embora sejam notadas grandes diferenças quando considerados fatores como localização, rendimento, anos de estudo, faixa etária e condição de atividade.

**Palavras-chave:** IBGE; leitura; PNAD; tecnologia.

### Introdução

Muitos estudos acadêmicos analisam os impactos do surgimento do texto digital para a leitura. Em maior ou menor grau, os pesquisadores destacam a relevância do tema, apontando as transformações advindas do novo formato e suas potencialidades. Pode-se questionar, entretanto, se essas análises se aplicariam ao contexto brasileiro. A internet e as novas tecnologias parecem ser de amplo acesso em países desenvolvidos, mas será que também é assim no Brasil? Ou o acesso a textos digitais ainda é um privilégio de poucos? Para responder a questões como essas, torna-se necessário investigar dados estatísticos com amostras que representem eficientemente o povo brasileiro como um todo.

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) realiza periodicamente a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) com a finalidade de produzir informações socioeconômicas confiáveis sobre a população brasileira. Nos últimos anos, foram coletadas informações referentes à Tecnologia da Informação e Comunicação, inclusive sobre o acesso à internet. Os dados mais recentes do suplemento Acesso à Internet e à Televisão e Posse de Telefone Móvel Celular para Uso Pessoal (PNAD TIC) referem-se ao ano de 2015.

---

<sup>1</sup> Trabalho apresentado no DT 5 – Comunicação Multimídia do XXII Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sudeste, realizado de 22 a 24 de junho de 2017.

<sup>2</sup> Jornalista no IBGE e mestre em Comunicação pela FCS/UERJ, email: [cfmarx@gmail.com](mailto:cfmarx@gmail.com).

A análise dessas informações estatísticas pode nos fornecer subsídios sobre a leitura de textos digitais, pois quem acessa a internet interage com esse tipo de formato. E também torna possível verificar se o acesso ocorre de forma diferenciada entre os habitantes pelo território, bem como traçar um perfil socioeconômico básico dos internautas.

### **Leitura: do pergaminho ao digital**

O intuito deste capítulo é apresentar algumas das principais abordagens sobre leitura e sua evolução até a era digital. O objetivo aqui não é aprofundar-se exaustivamente em um referencial teórico ou esgotar o tema, mas salientar a relevância do formato digital, as transformações por ele proporcionadas e suas potencialidades.

Jean Marie Goulemot (1996) compreende a leitura como produção de sentidos, baseando-se em três aspectos essenciais: a fisiologia (elementos relacionados ao corpo do leitor), a história (tanto coletiva quanto pessoal) e a biblioteca (relação do texto com outros textos). Márcio Gonçalves, Júlio Monteiro e Renan Rocha (2013) analisam esses aspectos e os relacionam a quatro elementos:

- a) as intenções ou motivos da leitura (a leitura cuidadosa de um texto científico é diferente da leitura desinteressada de um romance);
- b) as especificidades do texto (a leitura de um texto poético é diferente da leitura de um manual);
- c) a conformação material dos suportes (a leitura de um livro impresso é diferente da leitura em uma tela de computador);
- d) a psicologia do leitor (que envolve tanto os traços singulares quanto os aspectos que remetem aos grupos sociais a que pertence).

Os três autores comentam sobre como o formato do objeto influencia a leitura e citam algumas vantagens do códex em relação ao pergaminho, como a facilidade de ir e vir dentro do texto. Frédéric Barbier (2008) afirma que o códex proporcionou novos caminhos para o desenvolvimento do trabalho intelectual sobre documentos escritos, sendo fundamental para o futuro da civilização escrita.

O códex está dividido em elementos semelhantes (os folhetos, cada um composto de duas páginas) e se presta, portanto, bastante bem à consulta parcial, pois se pode, ao final, superpor-lhe um sistema de referências que facilita a consulta (a paginação). Do ponto de vista do uso imediato pode-se consultar o códex tomando notas, o que permite o abandono da leitura oralizada para privilegiar o trabalho individual em silêncio. Enfim, guarda-se o códex deitado sobre tabuletas com a lombada do livro contendo seu título, o que facilita a sua recuperação e identificação. A combinação do códex e da

minúscula produz uma ferramenta intelectual muito potente, desconhecida até então (BARBIER, 2008, p. 54).

Barbier aponta que a prensa tipográfica traria uma nova revolução, proporcionando fabricação em série de livros em diferentes formatos, o que influencia na portabilidade, e por um preço acessível, entre outras mudanças. O forte impacto dessa invenção em relação à leitura também é destacado por Elizabeth Eisenstein (1998) e Walter Ong (1998), entre outros autores.

Para Roger Chartier (2002), a materialidade interfere na produção do sentido do texto. Ou seja, um texto com as mesmas letras já não é mais o mesmo quando se mudam os dispositivos de escrita e de sua comunicação. Chartier atribui ao texto digital uma série de mudanças e rupturas, como maiores maleabilidade, mobilidade, fragmentação e descontinuidade na comparação com o texto impresso. O leitor pode intervir mais no conteúdo do texto, mas com dificuldades para sentir a obra como obra.

O advento do texto digital trouxe, pela primeira vez, mutações simultâneas das práticas de leitura, das formas de inscrição do texto e na técnica de comunicação ou reprodução do escrito:

Podemos pensar que a invenção do códex, no primeiro século da era cristã, constitui uma transformação considerável, já que com isso se tornam possíveis práticas impossíveis com os antigos rolos: escrever enquanto se lê, folhear as páginas, indexar um livro. Ao mesmo tempo, porém, a técnica permanece a mesma, ainda se trata de livros copiados a mão. E as revoluções da leitura que foram estudadas e, às vezes, discutidas, situam-se sempre dentro de uma certa estabilidade, tanto técnica como morfológica. Ora, estamos hoje diante de uma contemporaneidade. A única nuance, ou limite, é que esta mutação, tanto técnica como morfológica e cultural, situa-se num mundo em que continuam presentes as técnicas anteriores de reprodução dos textos. (CHARTIER por DARNTON, 2012, p. 176).

Os leitores de livros eletrônicos (como o *kindle*), as telas de computador, os *tablets* e os telefones celulares introduziram várias novas mudanças:

De modo geral, e deixando de lado a diferença entre os diversos suportes eletrônicos, apenas para indicar uma diferença geral em relação ao impresso, podemos para eles destacar: extrema economia de espaço; fácil navegação, com recursos de localização de palavras, trechos ou páginas; facilidade de copiar e colar, que pode eventualmente permitir, de outro modo, a tomada de notas (que num códice pode ser feita na página do livro, coisa impossível numa tela); certo desconforto ocular pela leitura em suporte que emite luz (o que não acontece com os leitores de livros eletrônicos) (GONÇALVES, MONTEIRO e ROCHA, 2013, p. 39).

Thayz Guimarães e Márcio Gonçalves (2013) pontuam três momentos de importantes transformações na história da leitura: o surgimento dos primeiros manuscritos, a invenção da prensa tipográfica e o nascimento da era digital. O projeto

“Ler, escrever, imprimir: as tecnologias de comunicação e seus usos”, coordenado por Gonçalves na FCS/UERJ, considera dois grandes paradigmas de teorias que procuram pensar nossa relação com textos e com as tecnologias que os materializam: o do determinismo tecnológico, que enfatiza o poder dos meios sobre os agentes humanos; e o dos usos e apropriações, que ressalta o que os agentes humanos fazem com os meios.

O paradigma do determinismo tecnológico tem como exemplos a reflexão de Eric Havelock (1996) sobre os efeitos da introdução do alfabeto na cultura grega antiga, a teorização de Marshall McLuhan (2005) a respeito dos meios e seu poder de alterar a organização sensorial humana e conseqüentemente o ambiente social, e as perspectivas de Eisenstein (1998) e Ong (1998) sobre as alterações produzidas na cultura pela introdução da prensa tipográfica. Caracteriza-se pela tentativa de construir grandes teorias que dão conta de uma época histórica ou do conjunto da história humana.

Já o paradigma dos usos e apropriações engloba, por exemplo, os estudos de Roger Chartier (2002) sobre a leitura, de Adrian Johns (1998) acerca dos efeitos da prensa tipográfica em Londres nos primórdios da era moderna, e de Jack Goody (2006) sobre os efeitos do letramento nas sociedades humanas. São teorias mais locais, sem ambição totalizante, que buscam dar conta de localizações temporais e espaciais menores.

A pesquisa empírica do projeto “Ler, escrever, imprimir (...)” parece sustentar o segundo paradigma, que procura compreender as formas de uso e apropriação dos textos em vez de hipervalorizar os meios. Guimarães e Gonçalves apontam que as práticas de leitura em diferentes suportes estão muito mais para complementares do que para concorrentes. Os mesmos textos podem ser lidos em suportes diferentes em função da necessidade, disponibilidade, ocasião e contexto:

Cada leitor tem seus próprios modos de ler e anotar, e os carrega consigo para os diferentes suportes que lê. Entretanto, isso não significa que os suportes são indiferentes. Assim a tomada de notas, por exemplo, não se faz com a mesma facilidade e agilidade, nem da mesma maneira, em todos os suportes; existem preferências por determinados suportes em função do tipo de texto (por exemplo, impresso para leitura de grandes obras importantes; digital para consultas rápidas de textos acadêmicos). (GUIMARÃES e GONÇALVES, 2013, p. 10).

As tecnologias digitais de produção e circulação de textos parecem se articular tanto com a singularidade subjetiva do leitor quanto com a própria conformação material do texto. Mas o que pode ser feito além de uma simples conversão direta do formato impresso para o eletrônico? Robert Darnton comenta que o livro no formato

eletrônico pode ser estruturado de modo a explorar os recursos de hipertextualização em vez da mera transferência para um suporte digital:

Esse novo formato de livro traria à tona um novo tipo de leitura. Alguns leitores podem ficar satisfeitos com uma passada rápida pela narrativa superior. Outros podem ter vontade de ler verticalmente, mergulhando cada vez mais fundo em determinados temas com ajuda dos ensaios e documentos de apoio. Outros podem navegar em direções imprevistas, buscando conexões que se adaptem aos seus próprios interesses, ou alterando o material em construções particulares. Em cada caso, os textos apropriados poderiam ser impressos e encadernados conforme as especificações do leitor (DARNTON, 2010, p. 95).

Parece não haver dúvidas sobre a relevância da materialidade dos meios e das transformações advindas dos textos digitais quanto à leitura. Mas o acesso a textos digitais já se tornou realidade para a maioria da população brasileira? Quais as características daqueles que acessam a internet e, portanto, realizam algum tipo de leitura digital? É o que será abordado a seguir.

### **A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD)**

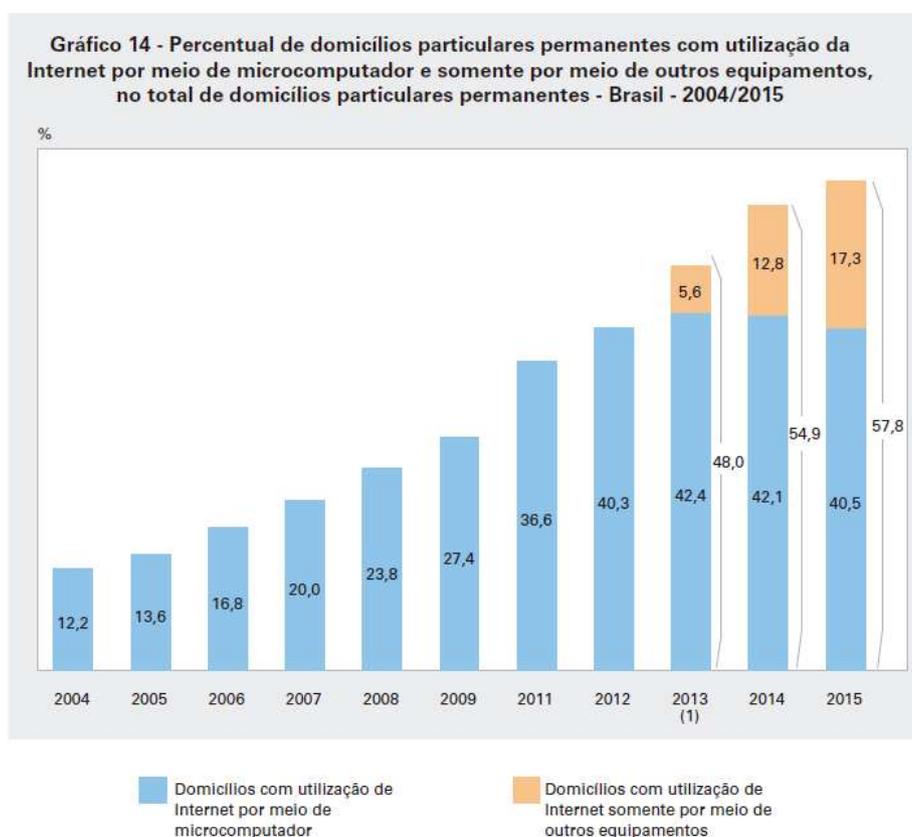
A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), é realizada anualmente, exceto em anos de Censo Demográfico, e tem como finalidade a produção de informações socioeconômicas variadas sobre a população brasileira. Temas relacionados à internet e ao telefone móvel celular foram investigados nas PNADs 2005 e 2008, em forma de suplemento. A partir de 2009, um conjunto básico de perguntas passou a integrar o questionário da pesquisa.

Em 2013, a pesquisa passou a investigar aspectos da Tecnologia da Informação e Comunicação de maneira mais ampla por meio do suplemento Acesso à Internet e à Televisão e Posse de Telefone Móvel Celular para Uso Pessoal, ou PNAD TIC. Passou-se a distinguir os aparelhos eletrônicos utilizados para acessar a internet (microcomputador, telefone móvel celular, *tablet* e outros), entre outras novidades. Foram produzidos suplementos TIC para os anos de 2013, 2014 e 2015, este último publicado em dezembro de 2016.

A PNAD é realizada por meio de uma amostra probabilística de domicílios. Para a PNAD TIC 2015, foram pesquisadas 308.599 pessoas de 10 anos ou mais de idade de 151.189 unidades domiciliares distribuídas por todas as Unidades da Federação. A expansão da amostra utiliza estimadores de razão cuja variável independente é a projeção da população residente de cada Unidade da Federação.

## Acesso à internet nos domicílios

A PNAD estimou informações sobre acesso à internet nos domicílios por meio de microcomputador na data da entrevista da pesquisa para os anos de 2004 a 2015, e por meio de outros equipamentos para 2013 a 2015. O percentual de domicílios com acesso por computador aumentou continuamente de 2004 (12,2% do total) a 2013 (42,4%). A queda de 2013 até 2015, quando ficou em 40,5% dos domicílios, foi compensada por um aumento do acesso somente por outros meios, de 5,6% em 2013 para 17,3% em 2015. Em 2013, 48,0% dos domicílios utilizavam a internet por computador ou outros meios (FIG. 1). Esse percentual total seguiu crescendo e, em 2015, alcançou 57,8% dos 68,0 milhões de domicílios brasileiros, o correspondente a 39,3 milhões de domicílios.



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2004/2015.

(1) Em 2013 ampliou-se a investigação da utilização da Internet por meio de diversos equipamentos (microcomputador, telefone móvel, tablet e outros).

FIGURA 1 – Percentual de domicílios com utilização da Internet por meio de microcomputador e somente por meio de outros equipamentos, no total de domicílios

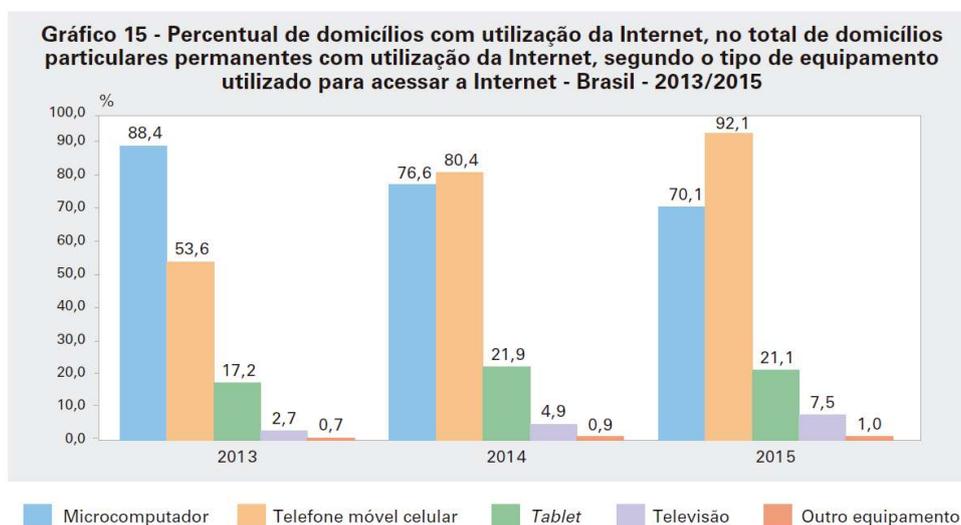
FONTE – PNAD TIC 2015, p 42.

Infere-se que a leitura de textos digitais já é uma realidade presente para uma parcela significativa dos domicílios brasileiros. Cabe ressaltar, entretanto, que o acesso à internet não ocorre de modo uniforme por todo o território. Em 2015, o percentual de domicílios que utilizavam internet era de 63,9% na área urbana e 21,2% na área rural.

As Unidades da Federação com maiores proporções de acesso à internet eram Distrito Federal (76,1%), São Paulo (70,6%) e Rio de Janeiro (65,1%), e as com menores percentuais eram do Maranhão (33,1%), Piauí (36,9%) e Tocantins (39,1%), o que exemplifica as diferenças regionais.

E quanto maior a classe de rendimento mensal domiciliar *per capita*<sup>3</sup>, maior o percentual de domicílios com internet. No grupo que abrange os domicílios sem rendimento ou com rendimento até 1/4 do salário mínimo, o percentual era de 29,7% em 2015. Essa proporção sobe gradualmente até chegar a 90,7% na parcela de domicílios com rendimento domiciliar *per capita* acima de cinco salários mínimos.

Também cabe verificar nesta análise informações sobre os tipos de equipamento utilizados para acessar a internet, haja visto que cada plataforma digital pode oferecer um diferente tipo de leitura. Dentre os domicílios com acesso à rede (o que pode acontecer por mais de um meio), o percentual daqueles que o fizeram por meio de microcomputador (de mesa ou portátil) caiu continuamente de 88,4% em 2013 para 70,1%, em 2015 (FIG. 2). Já o acesso por meio do telefone celular cresceu progressivamente de 53,6% em 2013 para 92,1% em 2015, já tendo ultrapassado os computadores em 2014.



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2013-2015.

FIGURA 2 – Percentual de domicílios com utilização da Internet, no total de domicílios com acesso, segundo o tipo de equipamento utilizado  
 FONTE – PNAD TIC 2015, p 43.

<sup>3</sup> Rendimento mensal domiciliar é a soma dos rendimentos mensais dos membros da unidade domiciliar, excluindo os menores de 10 anos de idade e aqueles cuja condição no domicílio é de pensionista, empregado doméstico ou parente do empregado doméstico. Já o rendimento mensal domiciliar *per capita* é o resultado da divisão do rendimento mensal domiciliar pelo número de componentes da unidade domiciliar, excluindo aqueles cuja condição no domicílio é de pensionista, empregado doméstico ou parente do empregado doméstico.

No acesso à internet por *tablet*, houve crescimento de 2013 (17,2%) para 2014 (21,9%) e um ligeiro recuo em 2015 (21,1%). Foi registrado aumento no acesso por meio dos televisores, de 2,7% em 2013 para 7,5% dos domicílios em 2015, e outros equipamentos (como tocador portátil de música, leitor de livro eletrônico, relógio, máquina fotográfica, *game console* etc.), de 0,7% em 2013 para 1,0% em 2015.

Não temos como prever com exatidão os rumos que serão tomados pela tecnologia e seus usos, mas podemos realizar inferências. Constata-se uma queda na leitura digital em suportes menos portáteis. Os computadores, mesmo os *notebooks*, são plataformas pouco práticas para leitura em qualquer local, prestando-se mais à produção de textos. E o ligeiro recuo na proporção de domicílios com *tablets* talvez se deva à popularização de *smartphones* com telas maiores e de melhor definição. Esses telefones móveis mais modernos tendem a ser um meio termo entre os antigos celulares (que tinham telas muito pequenas e de baixa resolução) e os *tablets* (que possuem telas melhores para leitura, mas são menos portáteis).

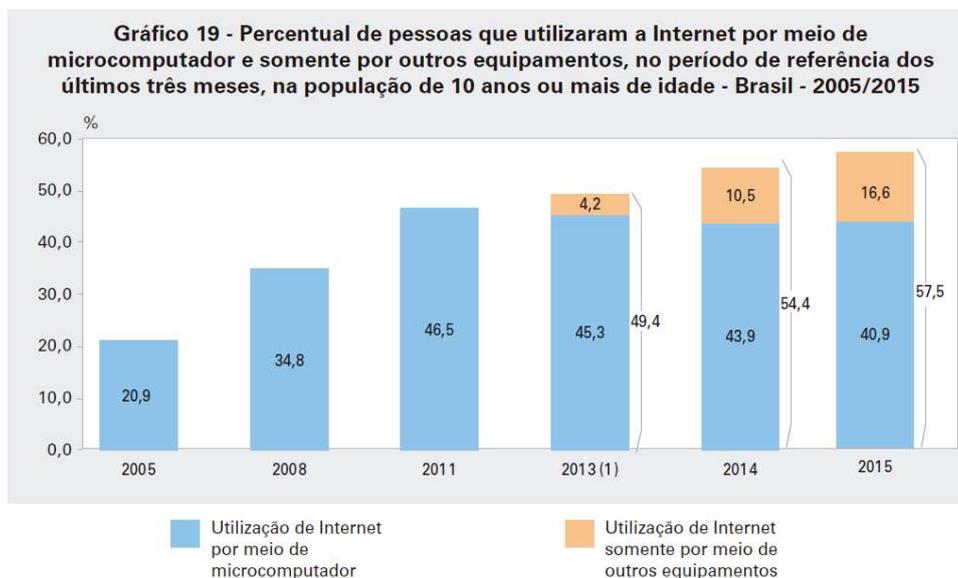
É provável que se mantenha a tendência de crescimento da leitura de textos digitais por meios mais portáteis. A tecnologia tende a se aprimorar cada vez mais, tornando a leitura menos cansativa e mais atraente em telas de equipamentos pequenos o suficiente para caber no bolso e com preços acessíveis. Já existem leitores de livros eletrônicos, como o *kindle*, com telas que oferecem uma experiência de leitura mais próxima do meio impresso e com um cansaço visual menor. E o desenvolvimento de interfaces mais intuitivas e práticas para a tomada de notas podem causar novos impactos na relação do leitor com o texto digital. A própria categorização dos equipamentos está em constante transformação, e em breve talvez não faça mais sentido classificar algo como computador, telefone, *tablet* ou leitor de livro eletrônico, pois novos meios são constantemente criados ou mesclados.

### **Utilização da internet por pessoas**

A PNAD também estimou informações sobre as pessoas de 10 anos ou mais que utilizaram a internet ao menos uma vez no período de três meses que antecedem a entrevista da pesquisa. O acesso por computador foi investigado nos anos de 2005, 2008, 2011 e 2013 a 2015, e o acesso por meio de outros equipamentos foi pesquisado de 2013 a 2015.

O percentual de pessoas que haviam acessado a internet por computador aumentou continuamente de 2005 (20,9% da população de 10 anos ou mais de idade) a

2011 (46,5%). A queda de 2011 até 2015, quando ficou em 40,9% do total, foi compensada por um aumento do acesso somente por outros meios, de 4,2% em 2013 para 16,6% em 2015. Em 2013, 49,4% das pessoas utilizaram a internet por computador ou outros meios (FIG. 3). Esse percentual total seguiu crescendo e, em 2015, alcançou 57,5% dos 177,7 milhões de brasileiros de 10 anos ou mais de idade, o correspondente a 102,1 milhões de pessoas.



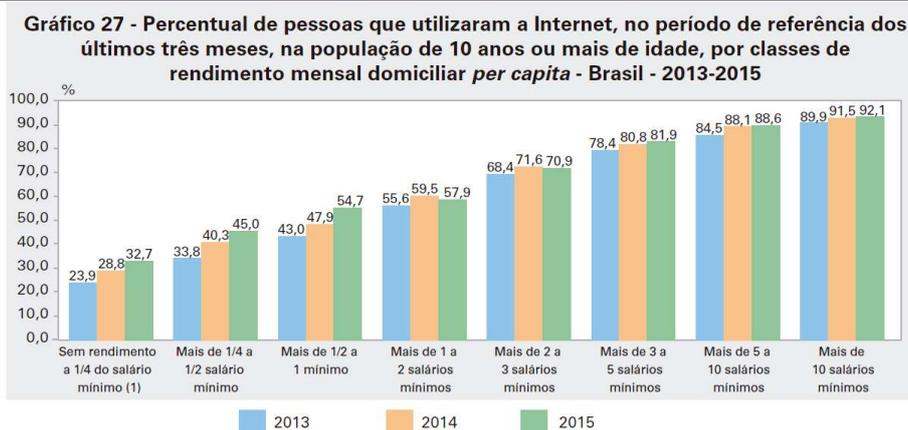
Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2005/2015.

(1) Em 2013 ampliou-se a investigação da utilização da Internet por meio de diversos equipamentos (microcomputador, telefone móvel, *tablet* e outros).

FIGURA 3 – Percentual de pessoas que utilizaram a Internet por meio de microcomputador e somente por outros equipamentos, nos últimos três meses, na população de 10 anos ou mais  
 FONTE – PNAD TIC 2015, p 46.

Percebe-se uma forte semelhança com as informações obtidas sobre domicílios com acesso à internet (FIG. 1) nos dados mais recentes. O mesmo ocorre com a distribuição pelo território. Em 2015, o percentual de pessoas acima de 10 anos que havia utilizado a internet era de 63,3% na área urbana e 24,5% na área rural. As Unidades da Federação com maiores proporções de pessoas que acessaram eram Distrito Federal (78,4%), São Paulo (69,5%) e Rio de Janeiro (66,3%), e as com menores percentuais eram Maranhão (34,3%), Piauí (38,3%) e Alagoas (41,3%).

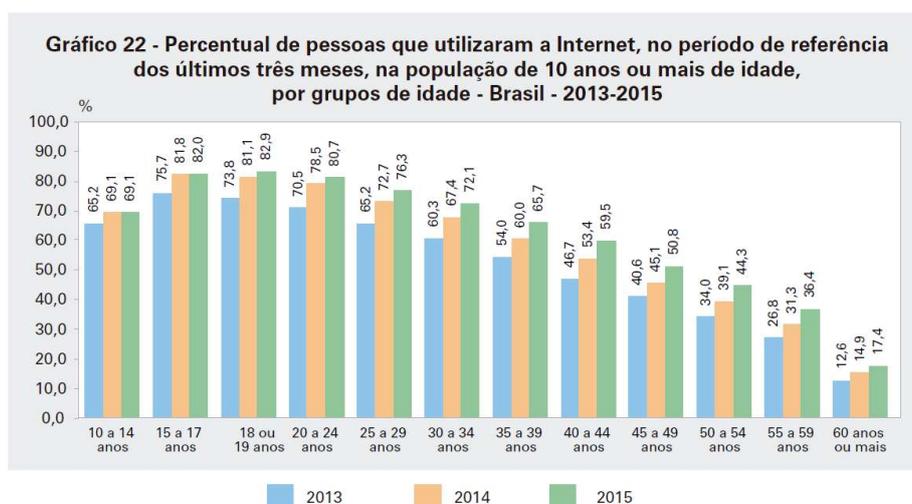
Também constatou-se que quanto maior a classe de rendimento mensal domiciliar *per capita*, maior o percentual de pessoas que acessaram a internet (FIG. 4). No grupo que abrange as pessoas de 10 anos ou mais de idade sem rendimento ou com rendimento de até 1/4 do salário mínimo, o percentual era de 32,7% em 2015. Essa proporção sobe gradualmente até chegar a 92,1% na parcela daqueles com rendimento domiciliar *per capita* acima de 10 salários mínimos.



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2013-2015.

FIGURA 4 – Percentual de pessoas que utilizaram a Internet, nos últimos três meses, na população de 10 anos ou mais, por classes de rendimento mensal domiciliar *per capita*  
FONTE – PNAD TIC 2015, p 52.

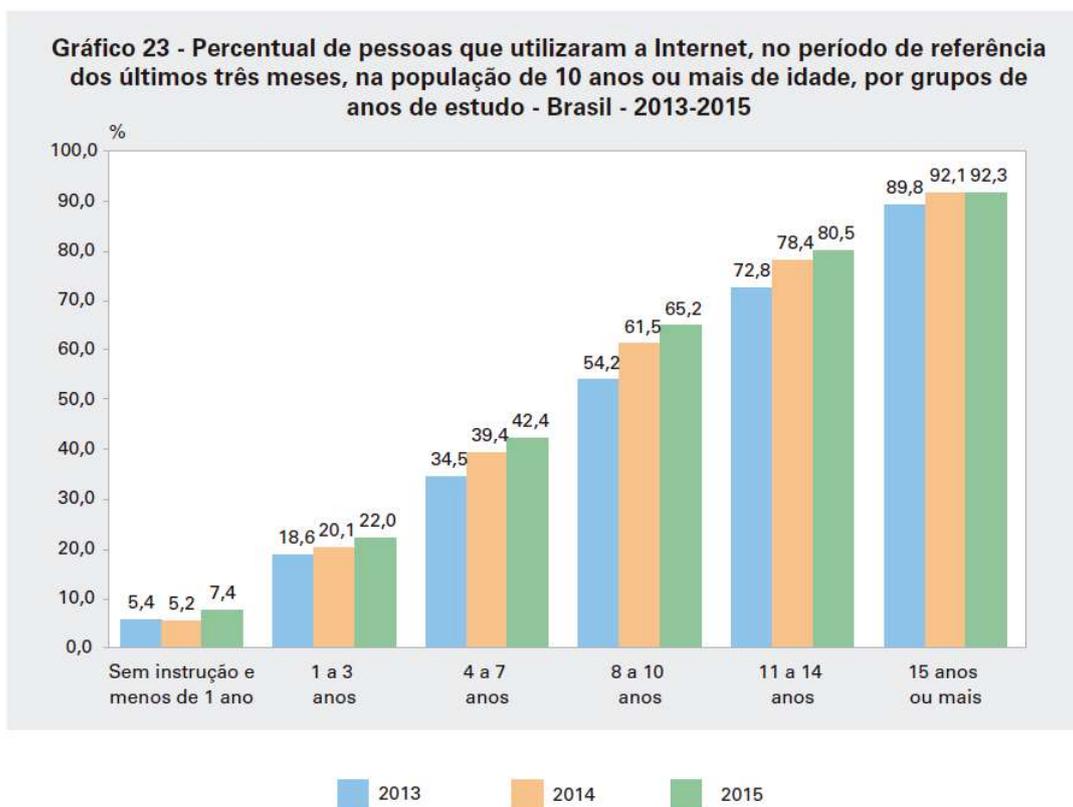
A PNAD permite conhecer um pouco mais sobre o perfil das pessoas que acessaram a internet e, portanto, realizaram leitura de conteúdo digital. A análise por sexo mostrou, em 2015, uma proporção de utilização da internet entre as mulheres (58,0%) praticamente igual à dos homens (56,8%). Quanto à distribuição etária, observou-se que os grupos mais jovens registraram os maiores percentuais de utilização da internet (FIG. 5). A maior proporção foi observada na parcela de 18 ou 19 anos (82,0%). A partir desse grupo, os percentuais decresceram com o aumento da faixa etária, sendo a menor proporção observada entre as pessoas de 60 anos ou mais de idade (17,4%). A leitura de textos digitais, portanto, é seguramente mais presente entre a população mais jovem.



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2013-2015.

FIGURA 5 – Percentual de pessoas que utilizaram a Internet, nos últimos três meses, na população de 10 anos ou mais, por grupos de idade  
FONTE – PNAD TIC 2015, p 48.

Quanto à educação, a utilização da internet mostrou relação direta com os anos de estudo, indicando proporções crescentes entre os mais escolarizados. Em 2015, a proporção era de 7,4% entre aqueles sem instrução ou com menos de um ano de estudo, crescendo progressivamente nos demais grupos até atingir 92,3% entre as pessoas com 15 anos ou mais de estudo (FIG. 6). Infere-se que os mais escolarizados têm mais acesso à leitura digital. Observou-se ainda que o percentual de pessoas que utilizaram a internet foi maior entre os estudantes (79,8%) do que entre os não estudantes (51,7%). Na rede de ensino privada, 97,3% dos estudantes utilizavam a internet, enquanto na rede pública esse percentual era de 73,7%.



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2013-2015.

FIGURA 6 – Percentual de pessoas que utilizaram a Internet, nos últimos três meses, na população de 10 anos ou mais, por grupos de anos de estudo  
 FONTE – PNAD TIC 2015, p 49.

Também foram verificadas diferenças significativas no acesso à internet quando se consideram fatores referentes à inserção no mercado de trabalho. A utilização da internet em 2015 foi maior entre as pessoas economicamente ativas<sup>4</sup> (64,5%) do que entre as não economicamente ativas (47,1%), por exemplo. Entre as pessoas ocupadas

<sup>4</sup> Economicamente ativa é a pessoa classificada como ocupada (trabalhou na semana de referência) ou desocupada (não trabalhou, mas tomou alguma providência efetiva de procura de trabalho na semana).

na semana de referência, 63,4% utilizaram a internet, enquanto entre as não ocupadas a proporção alcançou 50,6%.

### **A Pesquisa Brasileira de Mídia (PBM) 2016**

Outras pesquisas podem ser utilizadas para complementar as informações obtidas na PNAD. Uma delas é a Pesquisa Brasileira de Mídia (PBM) 2016, encomendada pela Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República (SECOM) e realizada pelo IBOPE. A pesquisa tem como objetivo conhecer os hábitos de consumo de mídia da população brasileira. Foram realizadas 15.050 entrevistas domiciliares em todas as Unidades da Federação, buscando representar o universo da população de 16 anos ou mais de idade no ano de 2016.

Constatou-se que 63% dos entrevistados utilizavam a internet, sendo que metade da população de 16 anos ou mais de idade acessava a rede diariamente, 11% utilizavam de duas a seis vezes por semana e 2% navegavam um dia por semana ou menos (p. 16).

Entre aqueles que acessavam a internet, a média de uso diária era de 283,8 minutos nos dias de semana (segunda a sexta) e 271,7 minutos no final de semana. Em dias da semana, 19% dos internautas usavam a internet até 60 minutos por dia, 48% usavam de 60 a 300 minutos e 29% usavam mais de 300 minutos. Os percentuais de acesso nos finais de semana são semelhantes: 20% dos internautas usavam a internet até 60 minutos por dia, 46% usavam de 60 a 300 minutos e 26% usavam mais de 300 minutos (p. 27).

Os dados da PBM 2016 não só confirmam que os percentuais de acesso à internet no país são elevados, em consonância com a PNAD TIC 2015, mas vão além e demonstram que os internautas brasileiros utilizam a rede com frequência e intensidade bastante consideráveis.

### **Conclusão**

Foram apresentados alguns estudos sobre a leitura e algumas de suas transformações na história, como a transição do pergaminho para o códex, o surgimento da prensa tipográfica e o advento dos textos digitais. Tanto o paradigma do determinismo tecnológico quanto o dos usos e apropriações parecem confirmar, em maior ou menor grau, que o formato do objeto influencia a leitura.

O texto digital trouxe, pela primeira vez, mutações simultâneas das práticas de leitura, das formas de inscrição do texto e na técnica de comunicação ou reprodução do

escrito. As tecnologias digitais de produção e circulação de textos se articulam tanto com a singularidade subjetiva do leitor quanto com a própria conformação material do texto e apresentam uma série de potencialidades, muito delas ainda pouco exploradas. As técnicas anteriores de reprodução dos textos continuam presentes e há indícios de que as práticas de leitura em diferentes suportes são mais complementares do que concorrentes.

Constatada a relevância do formato digital para a leitura, foram investigados dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) sobre o acesso da população à internet para obter subsídios sobre a leitura de textos digitais no contexto brasileiro. Verificou-se uma sensível evolução no acesso à internet, tornando a leitura de textos digitais uma realidade presente para uma parcela bastante significativa da população, mas com diferenças significativas quando considerados fatores como localização, rendimento, anos de estudo, faixa etária e inserção no mercado de trabalho.

Em 2015, 57,5% das pessoas de 10 anos ou mais de idade acessaram a rede nos três meses anteriores à entrevista e 57,8% dos domicílios tinham acesso à internet na data da entrevista. Constatou-se nos dois tipos de indicadores, entretanto, que o acesso à internet ocorre de forma diferenciada ao longo do território. A área urbana tinha índices de acesso bem superiores à rural, e as diferenças regionais também eram intensas, com Distrito Federal e Maranhão em situações extremas entre as 27 Unidades da Federação. O mesmo vale para os índices de rendimento domiciliar *per capita*, que foram diretamente proporcionais aos percentuais de acesso.

Como cada plataforma digital fornece pode fornecer um diferente tipo de leitura, foram verificadas informações sobre os tipos de equipamento utilizados para acessar a internet. Dentre os domicílios com acesso à rede, o percentual daqueles que o fizeram por meio de microcomputador caiu de 2013 a 2015, enquanto o acesso por meio do telefone móvel cresceu, superando computadores. Ou seja, houve uma queda na leitura digital em suportes menos portáteis. Um ligeiro recuo na proporção de domicílios com *tablets* de 2014 a 2015 talvez se deva à popularização de *smartphones* com telas maiores e de melhor definição. Infere-se uma tendência de crescimento da leitura de textos digitais por meios mais portáteis.

Os níveis de acesso são proporcionais à escolaridade, com percentuais de 7,4% entre aqueles sem instrução ou com menos de um ano de estudo até 92,3% entre as pessoas com 15 anos ou mais de estudo. Os percentuais por sexo não apresentaram

diferenças significativas, ao contrário das faixas etárias, com extremos de 82,0% para a parcela de 18 ou 19 anos de idade e 17,4% para as pessoas de 60 anos ou mais. Ou seja, a população mais jovem é mais conectada. Também foram analisados dados referentes a trabalho e verificou-se diferenças significativas referentes às condições de atividade e de ocupação.

Por fim, foram analisados de forma complementar dados da Pesquisa Brasileira de Mídia (PBM) 2016 para demonstrar que o acesso à internet no país ocorre com frequência e intensidade bastante consideráveis: metade da população de 16 anos ou mais de idade acessa a rede diariamente e o tempo médio de acesso diário entre os internautas brasileiros é superior a quatro horas e meia.

Cabe informar que a PNAD possui informações para o Brasil, as cinco Grandes Regiões, as 27 Unidades da Federação e nove regiões metropolitanas (Belém, Fortaleza, Recife, Salvador, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, São Paulo, Curitiba e Porto Alegre). Ou seja, é possível utilizar informações do IBGE para realizar análises mais locais, comparativas ou não. Alguns indicadores podem ser utilizados para comparações internacionais, conforme é explicado nas notas técnicas da pesquisa. E dados do Instituto podem ser utilizados para complementar informações de outras pesquisas quantitativas ou qualitativas.

O IBGE pretende realizar novas edições do suplemento TIC, agora tendo como base os dados da PNAD Contínua. E o Instituto está constantemente aprimorando suas pesquisas e adequando seus questionários para atender demandas do governo e da sociedade. Uma das metas futuras é investigar o uso do tempo<sup>5</sup>, e alguma pesquisa talvez possa vir a contemplar, por exemplo, o tempo gasto pelos pesquisados em leitura de textos impressos e digitais.

## REFERÊNCIAS

BARBIER, Frédéric. **História do Livro**. São Paulo: Paulistana, 2008.

CHARTIER, Roger. **Os desafios da escrita**. São Paulo: UNESP, 2002.

CHARTIER, Roger por DARNTON, Robert. Roger Chartier entrevistado por Robert Darnton. **Matrizes**, São Paulo, ano 5, n. 2, p. 159-177, jan./jun. 2012.

---

<sup>5</sup> Pesquisas de Uso do Tempo registram todo tipo de atividades humanas realizadas ao longo de um período determinado (em geral, um dia ou uma semana). O tema já foi debatido, por exemplo, no 12º Fórum do Sistema Integrado de Pesquisas Domiciliares (SIPD), em que foram apresentados os resultados de uma pesquisa piloto realizada em 2009. Mais informações no link <[http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/sipd/decimo\\_segundo\\_forum/](http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/sipd/decimo_segundo_forum/)>.

DARNTON, Robert. **A questão dos livros: passado, presente e futuro**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

EISENSTEIN, Elizabeth L. **A Revolução da Cultura Impressa – os primórdios da Europa Moderna**. São Paulo: Ática, 1998.

GONÇALVES, Márcio Souza; MONTEIRO, Júlio Altieri; ROCHA, Renan Lúcio S. da. A produção de sentido no consumo de textos e sua historicidade. **Mídia e Cotidiano - Revista Eletrônica do Programa de Pós-Graduação em Mídia e Cotidiano**, v. 1, p. 24-43, 2013.

GOODY, J. & WATT, I. **As consequências do letramento**. São Paulo: Paulistana, 2006.

GOULEMOT, Jean Marie. Da leitura como produção de sentidos. In: CHARTIER, Roger. (Org.). **Práticas da leitura**. São Paulo: Estação Liberdade, 1996.

GUIMARÃES, Thayz. GONÇALVES, Márcio Souza. Os meios e suas implicações socioculturais nos indivíduos e na sociedade. In: **9º Encontro Nacional de História da Mídia. Anais...** Ouro Preto, 2013. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/alcar/encontros-nacionais-1/9o-encontro-2013/artigos/gt-historia-da-midia-impressa>>. Acesso em: fev. 2017.

HAVELOCK, Eric A. **A musa aprende a escrever – Reflexões sobre a oralidade e a literacia da Antiguidade ao presente**. Lisboa: Gradiva, 1996.

IBGE. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios: Acesso à internet e à televisão e posse de telefone móvel celular para uso pessoal 2015**. Rio de Janeiro: IBGE, 2016. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/acesoaintern2015>>. Acesso em: fev. 2017.

JOHNS, Adrian. **The nature of the book: print and knowledge in the making**. Chicago and London: The University of Chicago Press, 1998

McLUHAN, Marshall. **Os meios de comunicação como extensões do homem**. São Paulo: Cultrix, 2005.

ONG, Walter. **Oralidade e cultura escrita: a tecnologização da palavra**. Campinas, SP: Papyrus, 1998.

SECOM. **Pesquisa Brasileira de Mídia 2016**. Brasília: SECOM, 2016. Disponível em: <<http://www.secom.gov.br/atuacao/pesquisa/lista-de-pesquisas-quantitativas-e-qualitativas-de-contratos-atuais/pesquisa-brasileira-de-midia-pbm-2016.pdf/view>>. Acesso em: fev. 2017.